

## Produção Brasileira sobre Avaliação em Educação Infantil: tendências

Catarina Moro

Brasil

### Resumo

O objetivo desse texto é contribuir com o debate sobre avaliação em educação infantil a partir de um levantamento sobre a produção acadêmica brasileira em relação ao tema no período entre os anos de 1997 e 2012. Parte-se do pressuposto de que o tema está pouco presente em nossa produção acadêmica. O corpus empírico da pesquisa circunscreve-se às teses e dissertações cadastradas na plataforma da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – no banco de teses) e aos artigos de periódicos incluídos na plataforma Scielo (Scientific Electronic Library Online). Entende-se que o conhecimento da produção efetivada nesse período permitirá adensar a discussão acerca do processo de avaliação interna às instituições. Discute-se também acerca dos documentos nacionais que orientam e normatizam a avaliação na primeira etapa da Educação Básica. Conclui-se que, o desafio em relação ao tema tem sido enfrentado, porém permanece atual. É fundamental aprofundarmos o debate a partir de referenciais que nos ajudem a construir processos avaliativos capazes de informar, acompanhar e re-orientar práticas educativas que respeitem as crianças pequenas como sujeito de direitos, nas creches e pré-escolas brasileiras.

**Palavras Chave:** Avaliação, educação infantil, documentação pedagógica.

## Evaluation in Early Childhood Education: tendencies of Brazilian scientific production

Catarina Moro

Brasil

### Abstract

O objetivo desse texto é contribuir com o debate sobre avaliação em educação infantil a partir de um levantamento sobre a produção acadêmica brasileira em relação ao tema no período entre os anos de 1997 e 2012. Parte-se do pressuposto de que o tema está pouco presente em nossa produção acadêmica. O corpus empírico da pesquisa circunscreve-se às teses e dissertações cadastradas na plataforma da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – no banco de teses) e aos artigos de periódicos incluídos na plataforma Scielo (Scientific Electronic Library Online). Entende-se que o conhecimento da produção efetivada nesse período permitirá adensar a discussão acerca do processo de avaliação interna às instituições. Discute-se também acerca dos documentos nacionais que orientam e normatizam a avaliação na primeira etapa da Educação Básica. Conclui-se que, o desafio em relação ao tema tem sido enfrentado, porém permanece atual. É fundamental aprofundarmos o debate a partir de referenciais que nos ajudem a construir processos avaliativos capazes de informar, acompanhar e re-orientar práticas educativas que respeitem as crianças pequenas como sujeito de direitos, nas creches e pré-escolas brasileiras.

**Key Words:** Evaluation, early childhood education, pedagogical documentation.

## Producción brasileña sobre evaluación en Educación Infantil: Tendencias.

Catarina Moro

Brasil

### Resumen

El objetivo de este trabajo es contribuir al debate sobre la evaluación en la educación de la primera infancia a partir de una encuesta sobre la producción académica brasileña en relación con el tema en el período comprendido entre los años 1997 y 2012. Se parte del supuesto de que el tema está poco presente en nuestra producción académica. El corpus de la investigación empírica se limita a las tesis y disertaciones registradas en la plataforma base de datos de tesis de la plataforma CAPES (Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior) y los artículos de revistas incluidas en la plataforma SCiELO (Scientific Electronic Library Online). Se entiende que el conocimiento de la producción efectuada durante este período permitirá profundizar en la discusión sobre el proceso de evaluación interna de las instituciones. También se discutió acerca de los documentos nacionales que orientan y establecen la evaluación de la primera etapa de la educación básica. Llegamos a la conclusión de que el desafío en relación a este tema ha sido abordado pero sigue siendo actual. Es esencial que profundicemos en el debate a partir de referencias que nos ayuden a construir procesos de evaluación capaces de informar, supervisar y reorientar prácticas educativas que respeten a los niños pequeños como sujetos de derechos en las escuelas infantiles brasileñas.

**Palabras clave:** Evaluación, Educación Infantil, documentación pedagógica.

## Introdução

Antes de adentrar na especificidade da avaliação da/na educação infantil cabe marcar a existência de uma literatura vasta e consistente que se debruça a analisar a produção sobre a temática da avaliação da/na educação no Brasil, bem como seus usos, reunida a partir dos anos de 1970 – período este que corresponde à organização dos programas de pós-graduação em educação no país. Tal produção voltava-se principalmente à avaliação da aprendizagem, tendo como *locus* a etapa de ensino, que atualmente nomeia-se ensino fundamental.

Os anos de 1980 registram um debate político de transição democrática e as pesquisas sobre o tema refletem preocupações críticas acerca da escola, dos mecanismos de promoção e retenção das crianças e jovens, dos programas curriculares, da relação entre instituição escolar e Estado, entre outros. Diante desse cenário, como apontado pela pesquisadora Sandra Zákia de Souza (1995), na segunda metade dos anos de 1980, se acena a construção de concepções que se contrapõem à visão tecnicista de avaliação, presente em pesquisas das décadas de 60 e 70. E, nesse sentido se engendram novas perspectivas para a teoria de avaliação da aprendizagem, com foco em dimensões intrínsecas ao processo pedagógico, compreendendo a realidade escolar como projeto educacional e social, com vistas ao redirecionamento das intervenções educativas. Em relação ao campo específico da educação infantil é também a partir da segunda metade dos anos de 1980 que se encontram os primeiros estudos que abordam a avaliação, subsumida a outros temas da educação e no bojo da área, juntamente à discussão dos outros níveis do ensino.

A partir da década de 1990 se verifica o surgimento do paradigma da avaliação qualitativa na produção acadêmica, ainda com dificuldades acerca de densidade conceitual.

Em relação ao educando para além da dimensão cognitiva, passa-se a considerar os aspectos, social e afetivo, os valores, as motivações e até mesmo a sua história de vida. Nessa direção, como afirmam as pesquisadoras brasileiras - Elba Barreto, Regina Pinto, Ângela Martins e Marília Duran (2001) - a ênfase recai nas variáveis de processo, mais do que no resultado da educação e, a avaliação é pleiteada como dialógica e dialética, voltada para a transformação, tanto no plano pessoal como no social.

Reforça-se o eixo da avaliação centrado nas condições em que é oferecido

o ensino, na formação do professor e de suas condições de trabalho, no currículo, na cultura e organização da escola, bem como na postura dos atores educacionais em seu conjunto, deixando de girar exclusivamente em torno do aluno. (BARRETO e col., 2001, p.55)

Nas produções acadêmicas dos anos 2000, adquire corpo a discussão quanto a centralidade que a avaliação educacional passa a ter na configuração recente dos sistemas de ensino brasileiros, a partir dos anos 1990; principalmente a proposta em larga escala, como avaliação externa. Inúmeras têm sido as críticas à lógica intrínseca a tais propostas avaliativas praticadas no país (BARRETO, 2012; SOUZA; OLIVEIRA, 2003). Sandra Zákia de Souza e Romualdo Portela de Oliveira (2003) evidenciam o risco de propostas de avaliação – como o SAEB<sup>1</sup>, a Prova Brasil<sup>2</sup>, a Provinha Brasil<sup>3</sup>, assim como o IDEB<sup>4</sup> - se tornarem exclusivamente mecanismos de controle e competitividade, associadas ou não a estímulos financeiros, que resultam na naturalização das desigualdades educacionais e sociais, na atribuição de mérito com fins classificatórios, “que apoiam a hierarquização de unidades federadas, de instituições ou de alunos” (p.889) e não a melhoria da qualidade, como em tese se pretende. Os autores

ressalvam o fato de ainda serem são escassos, no Brasil, estudos que visem identificar os impactos já produzidos por tais avaliações nos sistemas e instituições de ensino (SOUZA e OLIVEIRA, 2003).

Considerando os poucos trabalhos acerca dos possíveis impactos das avaliações externas, dos usos de seus resultados, interessa destacar uma pesquisa realizada por Brooke e Cunha (2011) sobre os sistemas de avaliação de cinco estados brasileiros. Os autores organizaram por finalidades, os usos da avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados, constituindo as seguintes categorias: - avaliar e orientar a política educacional; - informar as escolas sobre a aprendizagem dos alunos e definir as estratégias de formação continuada; - informar ao público; - alocar recursos; - criar/justificar políticas de incentivos salariais; - compor a política de avaliação docente; - certificar alunos e escolas. Brooke e Cunha, concluem que apesar de os instrumentos, ao longo do tempo, terem melhorado tecnicamente e haver maior confiabilidade acerca dos resultados, estes continuavam sendo pouco aproveitados pelas Secretarias de Educação para a formulação de políticas de gestão, “os mesmos instrumentos estão sendo usados com objetivos diversos de modo que a finalidade precípua ou original do instrumento pouco esclarece sobre seus desdobramentos posteriores.” (p.20). Nesse sentido, os autores enfatizam a fragilidade da avaliação externa como instrumento pedagógico e a dificuldade de fazer uso mais produtivo dos resultados da avaliação, que em geral, não estabelece articulação com propostas curriculares organizadas e compartilhadas entre os professores.

No momento atual, importa tratar a avaliação como processo constituinte de outro processo maior, educativo, ambos inseridos no projeto político pedagógico da instituição educacional e, portanto, não podendo ser considerada ou desenvolvida isoladamente.

“Potencializar a dimensão educativa/formativa da avaliação certamente supõe a promoção da autonomia pedagógica e didática da escola e não a sua conformação” (SOUZA; OLIVEIRA, 2003, p.883). Do mesmo modo, requer considerar seus diferentes âmbitos: a aprendizagem; a experiência educativa oferecida em nível institucional e o sistema e suas políticas educacionais (FREITAS; FERNANDES, 2007).

Concorda-se com uma das observações de Barreto (2012, p.748) quando assevera que a “reificação do papel da avaliação como promotora da qualidade do ensino, [vem] subsumindo as questões de fundo ligadas à qualidade e ao sentido da educação que se quer oferecer as crianças e adolescentes e as suas potencialidades para enfrentar as desigualdades escolares e sociais, bem como estreitando o escopo do currículo.”

A Educação Infantil como etapa inicial da Educação Básica nacional, diferente das etapas posteriores – Ensino Fundamental e Ensino Médio - e do nível seguinte a Educação Superior, sofre outras vicissitudes em relação ao currículo, conseqüentemente, em relação à avaliação. Contudo, vem percebendo pressões cada vez mais intensas de possível sujeição à avaliação em larga escala.

## **Articulação entre qualidade e avaliação pensada em relação à Educação Infantil no Brasil**

Em fins dos anos de 1990, em meio à avaliação institucional como uma forte frente de pesquisa, surge uma das primeiras publicações acadêmicas que assume a avaliação como um dos fatores decisivos à promoção da melhoria dos serviços na Educação Infantil. O texto discute a experiência de aplicação, em caráter exploratório, do instrumento australiano “Quality Improvement and Accreditation System”, produzido pelo Conselho Nacional de

Credenciamento de Creches da Austrália e adaptado para utilização na disciplina de pós-graduação em Psicologia, da USP-Ribeirão Preto, “Promoção da Qualidade na Educação Infantil”, sob a coordenação da professora Maria Clotilde Rossetti-Ferreira, tendo sido publicado um artigo em 1998. A experiência fora realizada em instituições de educação infantil do Estado de São Paulo e entre as considerações finais refere que a utilização de tal instrumento para avaliar uma instituição de atendimento a crianças pequenas poderia atingir melhor seus propósitos estando inserida em uma política educacional governamental efetiva para promoção de qualidade e avaliação para essa etapa.

Observa-se que neste momento histórico, ganha maior ênfase os debates e pesquisas que salientam a dimensão da relação entre qualidade, avaliação, educação, especificando a etapa de atendimento para crianças de 0 a 6 anos. É desse período um documento do Ministério da Educação, de autoria das pesquisadoras Fúlvia Rosemberg e Maria Malta Campos, publicado em 1995, intitulado *Crêches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças*. O conteúdo abordado em tal publicação instiga aos envolvidos com a oferta de educação infantil, principalmente pública, uma reflexão sobre o que vem sendo considerado nas políticas públicas e nas práticas cotidianas no interior das unidades de oferta dos serviços de creche e pré-escola. As autoras apresentam uma ampla lista de itens indicativos de uma boa educação, embasada no respeito aos direitos da criança. A intenção primeira desse documento não parece ter sido constituir-se em um instrumento de avaliação da educação infantil, mas numa orientação do que se deveria considerar ao ampliar a visão sobre os direitos das crianças a um bom serviço de creche e pré-escola.

De 1995 até o momento seguiram-se inúmeras publicações<sup>5</sup> por parte do Ministério referentes à interface entre aspectos como

qualidade - educação – avaliação. No Quadro I, a seguir pode-se ter uma ideia de algumas destas e do ano em que foram editadas.

1995	Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças
1998	Subsídios para Credenciamento e o Funcionamento das Instituições de Educação Infantil (material suspenso e substituído pelo de Política Nacional, de 2005)
1998	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI
2002	Integração das instituições de Educação Infantil aos sistemas de ensino: um estudo de caso de cinco municípios que assumiram desafios e realizaram conquistas
2005	Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação
2006	Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil e os Parâmetros Básicos de Infraestrutura dos Estabelecimentos de Educação Infantil
2009	Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil.
2009	Política de educação infantil no Brasil: Relatório de avaliação
2009	Indicadores da Qualidade na Educação Infantil
2011	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (publicação com base na Resolução nº 5/09, do Conselho Nacional de Educação)
2012	Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial
2012	Educação Infantil, Igualdade Racial e Diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais
2012	Brinquedos e Brincadeiras de Creche
2012	Oferta e demanda de Educação Infantil no Campo
2012	Educação Infantil: Subsídios para construção de uma sistemática de avaliação
2013	Relatório do Monitoramento do Uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil
2013	Monitoramento do Uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil – Resumo Executivo

FONTE: Sítio do MEC, consultado em maio de 2013.

**Quadro 1:** Documentos Nacionais para a Educação Infantil

Entende-se como intenção de tais documentos o subsídio ao trabalho realizado na instância dos sistemas de ensino (sejam municipais ou estaduais) e também das instituições, servindo como base para acompanhamento, controle, supervisão dos serviços ofertados e para efetivação de práticas pedagógicas que respeitem necessidades, direitos e interesses das crianças. Dentre os aspectos tratados por tais documentos, destacam-se as seguintes dimensões: infra-estrutura das instituições de educação infantil; propostas e práticas pedagógicas; relação família-instituição; diversidade étnico-cultural; formação de professores; gestão; recursos pedagógicos; oferta em áreas urbanas e rurais; entre outros. Nesse sentido, o Ministério da Educação tem buscado cumprir seu papel no que diz respeito a ser indutor de políticas e servir de apoio técnico para os demais níveis governamentais; assim como executor de programas específicos para a educação infantil; a exemplo, o PROEI<sup>6</sup>, em relação à formação profissional e o PROINFÂNCIA<sup>7</sup> para a ampliação do número de vagas em creches e pré-escolas, com a construção de novos prédios.

Verifica-se que num espectro de pouco mais de 15 anos produziu-se no Brasil, em âmbito federal, um volume significativo de documentos orientadores e de estudos acerca da relação qualidade - projeto pedagógico - direito das crianças pequenas à educação – avaliação. Vale sublinhar que tais produções decorrem de parcerias entre o Ministério da Educação, universidades, institutos de pesquisas, representações sindicais e associações não-governamentais; havendo assim espaço para diálogos desafiadores e profícuos, entre pesquisadores, profissionais e militantes da área, não por isso livre de impasses e embates.

## A Produção Acadêmica sobre Avaliação em Educação Infantil no Brasil

Adentrar a discussão acerca da produção acadêmica sobre avaliação em educação infantil implicou a realização de um levantamento de trabalhos articulados aos cursos de pós-graduação<sup>8</sup>, existentes em diferentes estados brasileiros; assim como a trabalhos articulados a outros organismos de pesquisa, por intermédio de diferentes fontes. Os tipos de materiais levantados foram: teses e dissertações; artigos em periódicos. Os materiais que compõem a pesquisa foram especialmente, aqueles acessíveis pela *internet*. Outro elemento de delimitação da pesquisa foi o período investigado. Com o intuito de expor o detalhamento dos procedimentos que permitiram elencar o *corpus* empírico desse trabalho a seguir relaciona-se: a base de dados; o período temporal considerado; os termos para a busca; os procedimentos propriamente ditos; a análise realizada até então.

### Sobre a base de dados

O *corpus* empírico que compõe o levantamento aqui discutido é composto de:

- teses e dissertações, constantes da Plataforma da CAPES<sup>9</sup>, por armazenar trabalhos realizados no âmbito de programas de Pós-Graduação do país (Universidades Federais e Estaduais;
- artigos em periódicos nacionais<sup>10</sup> acessados pela plataforma *Scielo*<sup>11</sup>, exclusivamente<sup>12</sup>.

### Sobre o recorte temporal

O período abarcado pela pesquisa se estende de 1997 a 2012. A justificativa da escolha a partir de 1997 deve-se ao fato da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ter sido promulgada em dezembro de 1996, o que significa uma nova reorganização da educação infantil como parte da educação básica e

novas expectativas em relação às funções e identidade pedagógica desta etapa.

### Sobre as palavras-chave

Utilizou-se para este estudo diferentes termos, palavras-chave, compreendendo a centralidade da educação infantil como escopo e a sua articulação com a temática da avaliação. Com base em um levantamento prévio de descritores em algumas bases percebeu-se que as palavras de interesse da pesquisa não eram encontradas. Em função disso, optou-se pela busca por palavras-chave reconhecendo a capacidade de selecionar um número maior de trabalhos. A construção do quadro de palavras-chave foi feita considerando a centralidade da educação da criança de 0 a 6 anos na nossa pesquisa e sua intersecção com a avaliação. A educação infantil foi tomada por sua definição legal: como primeira etapa da educação básica (Artigo 29, da LDB nº 9394/96); oferecida em creches e pré-escolas, entendidas como estabelecimentos educacionais públicos ou privados, não domésticos, regulados por órgão do sistema de ensino e submetido a controle social. (Resolução CNE/CBE nº 05/09). Em relação à avaliação, a pesquisa assumiu uma perspectiva ampliada, visando ter impacto na produção levantada, nesse sentido buscou incluir palavras-chave que pudessem identificar os trabalhos realizados em instituições de educação infantil ou relativos à educação infantil como etapa da educação básica e que também indicassem como objeto do trabalho a discussão da qualidade da oferta desses serviços em articulação ou não a procedimentos e instrumentos específicos de avaliação, seja das crianças, de seus aprendizados ou desenvolvimento, seja dos contextos de oferta, relativos à avaliação da experiência educativa das instituições, dos sistemas ou das políticas de educação infantil. Fez-se o cruzamento das palavras-chave 1 e 2, com o objetivo de identificar trabalhos onde houvesse a presença de ambas. As palavras-chave foram:

PALAVRAS-CHAVE 1	PALAVRAS-CHAVE 2
Educação Infantil	Avaliação
Creche	Qualidade
Pré-escola	Auto-avaliação
Crianças	Hetero-avaliação
Crianças de 0 a 3 anos	Instrumentos de avaliação
Crianças de 4 a 6 anos	Escalas de avaliação
Infância	Documentação Pedagógica
	Registro
	Parecer descritivo
	Ficha avaliativa

Fonte: Produção acadêmica nacional sobre a Avaliação em Educação Infantil (1997-2012)

**Quadro 2:** Listagem de palavras-chave utilizadas nos cruzamentos

## Dos procedimentos

Por intermédio das bases de dados já mencionadas, foi possível levantar os resumos concernentes às teses e dissertações, bem como os artigos na íntegra. A leitura dos títulos, resumos e palavras-chave desses materiais indicaram a aderência ou não aos termos indicados foi sucedida pela análise dos trabalhos na íntegra e que compuseram a amostra.

Ao contrário, a exclusão de trabalhos dessa amostra se deu em função de:

- a etapa de ensino considerada na pesquisa/artigo não tratar da educação infantil;
- o tema da avaliação estar desvinculado do *locus* educativo da oferta (que é a educação infantil). Vale destacar que identificou-se várias produções abordando a avaliação de crianças pequenas, com base nos aspectos cognitivos e comportamentais, em áreas específicas ou não, que contudo não se relacionam ao trabalho pedagógico na instituição de educação infantil, e;
- também dos trabalhos que estando dentro dos critérios não se teve acesso ao texto integral pela via digital.

Considera-se entre as finalidades do exame desta produção, identificar:

- a composição final da amostra;
- o objeto dos estudos (predominância em relação à avaliação da criança ou à avaliação de contexto – institucional ou do sistema/das políticas);
- a natureza da base empírica (pesquisa de campo/empírica, ensaio, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, etc);
- a área de conhecimento na qual a pesquisa se insere;
- período de maior ou menor incidência de trabalhos com a temática;
- questões relativas a instrumentos de avaliação utilizados ou discutidos e considerações dos trabalhos examinados.

## Tendências na produção acadêmica brasileira sobre Avaliação em Educação Infantil

### Composição da amostra

A composição total da amostra é de quarenta e quatro (44) trabalhos, sendo: cinco (5) teses, vinte e cinco (25) dissertações e catorze (14) artigos. Foram encontradas no Banco de teses e dissertações da CAPES, quarenta (40) dissertações, contudo quinze (15) delas não estavam disponíveis *online* ou, pelos menos, não integralmente. Também foram encontradas seis (6) teses, mas uma (1) não pode ser obtida pela *internet*, não vindo a compor o *corpus* da presente análise.

Em relação aos artigos cabe observar que a maioria não se refere diretamente ao objeto da tese ou dissertação do autor ou de um dos autores. Entretanto, se relaciona com a temática de pesquisas do orientador ou mesmo do grupo de investigação ao qual o autor esteve vinculado enquanto aluno da

pós-graduação ou como pesquisador em outros espaços de estudos.

## Objeto dos estudos

Em relação às teses (5), observou-se uma proporção maior de estudos de avaliação das crianças, com três (3) pesquisas, se comparados à avaliação de contexto dois (2) trabalhos. Em relação às dissertações a situação se altera, o número de trabalhos acerca da avaliação de contexto, treze (13), é maior que os referentes à avaliação das crianças, que totaliza oito (8) dissertações. Quatro (4) dissertações são relativas a estudos que contemplam as duas ênfases. No tocante aos artigos, treze (13) estudos são sobre avaliação de contexto, relativos à avaliação institucional como à de sistemas e políticas públicas para a educação infantil e; um (1) contempla as duas ênfases.

A partir desses dados é possível indicar que a evidente proporção maior para estudos de contexto, na temática da avaliação, reafirma a preocupação recente com a interface entre qualidade – educação infantil – avaliação. Outro aspecto relevante é que apesar da diversidade na natureza dos trabalhos de avaliação de contexto (empíricos, ensaísticos, bibliográficos, documentais) estes abordam principalmente a avaliação das práticas educativas, das interações entre as crianças e entre crianças e adultos e, do interior das turmas nas instituições educacionais.

## Natureza dos trabalhos

Encontrou-se na amostra pesquisada trinta e quatro (34) estudos de campo, sendo três (3) dentre as teses de doutorado, vinte e três (23) dentre as dissertações de mestrado e oito (8) artigos. Também, porém, em número muito menor encontrou-se pesquisa documental em todos os segmentos parte da amostra, sendo duas (2) teses, duas (2) dissertações e um (1) artigo. Entre os artigos também pôde se

verificar a presença de quatro (4) ensaios e um (1) trabalho de revisão bibliográfica.

É visível que a maior parte dos trabalhos é pesquisa de campo, desde estudos de caso a pesquisas quantitativas (utilizando escalas de avaliação). Os trabalhos com outras naturezas (documental – 5 trabalhos, bibliográfica -1 e ensaio - 4) versam sobre:

- pesquisa bibliográfica: o único trabalho desta natureza analisa a produção bibliográfica nacional sobre qualidade na educação infantil entre 1996 e 2003;
- pesquisa documental: analisam e buscam articulação entre documentos nacionais e internacionais acerca da qualidade dos processos avaliativos na educação infantil ou analisam documentos do contexto pesquisado, instituição ou sistema/rede municipal de ensino;
- ensaio: discutem as finalidades das proposições sobre avaliação, sua relação com a qualidade; um deles analisa um determinado instrumento avaliativo.

## Área de conhecimento de inserção dos trabalhos

A pertinência a determinada área de conhecimento está sendo considerada somente para as pesquisas de pós-graduação e não para os artigos. Observa-se que na composição desta sub- amostra a área da Educação constituiu-se no campo de predominância dos trabalhos - com vinte e quatro (24) estudos - e a Psicologia com quatro (4), há um (1) trabalho originado na área de Ciências Biológicas e da Saúde e outro (1) vinculado a área de Linguística. É interessante observar que apesar do campo de produção estar vinculado ao da Educação, muitos autores/pesquisadores são formados em Psicologia e estão ou estiveram vinculados a instituições dessa área.



## Período de maior ou menor incidência

A busca se fez a partir de 1997, todavia não se localizou nesse ano nenhuma produção, o que permite reunir a incidência dos trabalhos em 3 grupos com intervalo de 5 anos.

Assim, em relação às teses percebe-se que no período de 1998 a 2002 não há nenhuma; entre 2003 e 2007 tem-se uma (1) e; entre 2008 e 2012 o número se eleva para quatro (4). Quanto aos estudos resultantes de mestrado encontra-se entre 1998 e 2002 uma (1) dissertação; entre 2003 e 2007 a quantidade sobre para onze (11) dissertações e; entre 2008 e 2012, há novamente elevação constituindo-se treze (13) estudos. Dos artigos constantes da amostra o maior número está presente no período de 2003 a 2007, sendo sete (7) publicações. No período de 1998 a 2002, corresponde a três (3) artigos e entre 2008 a 2012 são quatro (4) artigos. Em percentual a produção entre 1998 a 2002, (4) corresponde a 9,08%; entre 2003 e 2007 (19), corresponde a 43,19% e; em relação ao período dos últimos cinco anos, de 2008 a 2012 (21), perfaz 47,73% do material analisado nesta pesquisa.

Está evidente que a temática da avaliação tem suscitado maior interesse nos últimos anos, tendo mais precisamente despontando na produção acadêmica nos últimos dez anos e acrescido nos últimos cinco anos. Uma hipótese passível de ser formulada para explicar tais números relaciona-se a dois fatores:

- um de caráter mais organizacional/ pedagógico da área, nos sistemas de ensino. Pois, quanto mais a educação infantil passa a ser regulada e normatizada por estar integrada aos sistemas de ensino e, por consequência, objeto de orientações pedagógicas diversas, mais requer investimento em estudos sobre a interface entre avaliação – qualidade – proposta pedagógica – direito à educação das crianças pequenas;
- outro de natureza mais político-

acadêmica, em relação ao lugar da avaliação no debate nacional. Presencia-se no Brasil, recentemente proposições de avaliação da criança como aferição e intervenção no combate à pobreza no âmbito do próprio governo federal, como no âmbito de alguns estados e municípios. Em reação a tais proposições, pesquisadores e militantes da área de educação infantil no país, assim como o próprio Ministério da Educação, vêm tensionando e produzindo orientações e estudos no intuito de reafirmar o lugar da avaliação na especificidade da área da educação, o que não deve implicar exclusivamente na avaliação de crianças e professores.

## Instrumentos de avaliação presentes nos trabalhos analisados

Em relação aos instrumentos, dos quarenta e quatro (44) trabalhos, nove (9) lidam com as escalas norte-americanas ITERS (ITERS-R) e ECERS (ECERS-R), seja no âmbito da aplicação ou mesmo da discussão da aplicabilidade das mesmas em território brasileiro. Também se observou a presença de um (1) trabalho que utiliza um instrumento australiano QIAS (acerca do credenciamento e melhoria da qualidade de creches, produzido pelo Conselho Nacional de Credenciamento de Creches da Austrália e adaptado para utilização no Brasil por Rossetti-Ferreira e colaboradores, 1998) e outros trabalhos (3) utilizando as escalas de empenhamento do adulto e envolvimento das crianças de Ferre-Leavers. Trabalhos individuais fizeram uso do formulário de registro das atividades de Pascal e cols., adaptado por Cordeiro e Benoit (2004); da escala de interação professor-criança de Farran e Collins; do ASQ-3<sup>13</sup> (não constam nomes de profissionais responsáveis pela tradução e adaptação no Brasil) e; dos “Indicadores da Qualidade na Educação Infantil”.

Outros trabalhos optaram por utilizar roteiros de observação, questionários e

entrevistas. Em um (1) caso faz-se a proposição de um instrumento de avaliação, para verificar a mediação do adulto com as crianças.

### **Considerações acerca dos trabalhos examinados**

Depreende-se dos trabalhos desta amostra que apesar dos dados desta pesquisa bibliográfica indicar que a avaliação da criança vem sendo menos tematizada na área do que a avaliação de contexto, a primeira se faz muito presente no cotidiano das instituições de educação infantil brasileiras, assim como, no âmbito da gestão municipal.

A avaliação da criança aparece tematizada prioritariamente na perspectiva de análise das práticas avaliativas correntes no cotidiano das instituições, desvelando críticas a determinadas formas classificatórias de avaliação e, destacando o portfólio como referência a um processo avaliativo adequado na educação infantil. Percebeu-se que o portfólio ora constitui-se em objeto de estudo, ora em recomendação pedagógica.

A avaliação de contexto, nos trabalhos de campo, se concretiza, fundamentalmente, na avaliação relativa ao interior das turmas de crianças, considerando-se as práticas educativas e as interações presentes. Isso revela que outros aspectos não vêm sendo considerados, tais como: a imbricação dessas experiências com a gestão da instituição, com a formação continuada e com o relacionamento entre a instituição e as famílias; a articulação das práticas educativas com outros níveis da gestão e políticas municipais ou mesmo nacionais.

## **Dissensos Atuais relativos à Avaliação da/na Educação Infantil no Brasil e avanços necessários**

A trajetória da educação infantil brasileira, principalmente após os anos de 1990, revela consensos e dispõe de referências em âmbito nacional, que inclusive coadunam com conhecimentos de âmbito internacional, capazes de nutrir o delineamento de uma perspectiva de avaliação na e da educação infantil, conforme indicada na legislação vigente e em documentos produzidos pelo Ministério da Educação e por entidades e pesquisadores da área.

Especificamente em relação à avaliação, as indicações da lei maior da educação nacional (LDB nº 9.394/96), das diretrizes curriculares nacionais (Resolução nº 05/09) e da proposição de documento próprio – **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil** –, fazem referências a iniciativas que extrapolem a focalização no desenvolvimento e desempenho das crianças, devendo abarcar a avaliação por meio de indicadores específicos acerca da infraestrutura física, do quadro de pessoal, dos recursos pedagógicos, da acessibilidade, da relação entre instituição e famílias das creches e pré-escolas; para além de avaliar as crianças e seus professores.

Este último documento - os **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil** - foi formulado a partir de demanda expressa do Ministério da Educação, no ano de 2007, a um coletivo de universidades, pesquisadores, profissionais e militantes da área para que se construísse um instrumento que trouxesse subsídios para auto-avaliação das unidades de educação infantil. De acordo com a proposição, devem participar nesse processo, a direção, os técnicos, os professores, educadores, as famílias e pessoas da comunidade; em um processo aberto e participativo. Após aplicação piloto, em 2009, o documento foi finalizado e amplamente distribuído a

secretarias de educação e instituições de educação infantil.

Em 2011, o monitoramento<sup>14</sup> acerca da distribuição e uso dos Indicadores sinalizou que as secretarias se constituíram na instância que mais utilizou o documento, se cotejado ao uso realizado pelas creches e pré-escolas.

Nesse sentido entende-se que estávamos no país com um processo em curso, coerente com os princípios, pressupostos e filosofia de trabalho na educação infantil que foi interrompido ainda naquele ano (2011) pela proposição da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), órgão vinculado diretamente à Presidência da República, que desconsiderando essa trajetória e os princípios defendidos pela área da Educação, propôs a utilização do ASQ-3 em larga escala para a avaliação das crianças entre 0 e 6 anos.

Algumas questões em relação à escolha de um instrumento como o ASQ-3, são bastante preocupantes: - o foco da avaliação recai sobre a criança e não sobre a educação que lhe é oferecida; - o adulto que realiza a avaliação da criança “não precisa ter qualquer formação específica e deve simplesmente conhecer muito bem a criança avaliada.” (RIO DE JANEIRO, 2010, p.6); - o tempo para a realização da avaliação é curto, o que parece ser considerado uma vantagem do instrumento em questão, como exposto no Manual de Uso do ASQ-3 da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. “Tendo observado com clareza as habilidades já adquiridas pela criança, o informante pode gastar uma média de 20 minutos para o preenchimento completo de um questionário” (RIO DE JANEIRO, 2010, p. 6). Ainda requer atenção redobrada, a possível estigmatização das crianças, quando comparados os resultados das testagens realizadas em diferentes realidades<sup>15</sup>, uma vez que o teste tem implícito um padrão normativo de desenvolvimento. A diferenciação por idade proposta pelo teste não é universal, descon-

sidera as variações culturais, linguísticas e geracionais, não as legitimando. Importa retomar a crítica de Jobim e Souza (1996) em relação a tal abordagem psicológica sobre o desenvolvimento humano, em especial o infantil, que preconiza um ideal em relação a normas pré-estabelecidas. Ainda outra preocupação importante diz respeito ao risco iminente de uma classificação das instituições de educação infantil e a divulgação desses dados, considerando-se “melhores” ou “piores” as instituições entre si, a partir da avaliação de suas crianças, sem mencionar as condições de atendimento que tais instituições ofertam e, também não se fazendo alusão às condições ofertadas pelo órgão central do poder público. (NEVES; MORO, 2013).

Correa e Andrade (2011) fazem uma crítica contundente à utilização do ASQ-3 no Brasil, indicando que nas testagens são violados os direitos das crianças, principalmente em virtude do constrangimento causado pela situação artificial de teste, em meio ao cotidiano educativo das creches e pré-escolas. Para as autoras o instrumento e as orientações para seu uso “desrespeitam não apenas as crianças, colocando-as em situação de opressão, para dizer o mínimo, mas, também, as professoras, que são sugestionadas a agir não como docentes, mas como “aplicadoras de testes”.” (p.281).

Bondioli (2010, p. 13, citando House e Howe, 2000) enfatiza que:

A avaliação se coloca sempre internamente a um contexto caracterizado por alguma forma de autoridade. E em um específico sistema social. Não se impõe sozinha, como se fosse simplesmente uma lógica ou uma metodologia, livre de vínculos de espaço e tempo; certamente não está livre de valores e de interesses. Na realidade as práticas institucionais são solidamente radicadas e indiscutivelmente ligadas a particulares estruturas e práxis sociais institucionais<sup>16</sup>.

Como destacado por Neves e Moro

(2013), cabe lembrar que a escolha de determinado instrumento de avaliação não é suficiente para definir como esta será realizada, importa fundamentalmente, as concepções de infância e de educação que orientam o trabalho pedagógico. A adoção de instrumentos como o teste ASQ-3 reitera uma concepção de criança abstrata e ideal. Tal concepção não coaduna com reflexões que consideram a criança, como sujeito de direitos, pertencente a determinado contexto histórico, social e cultural. É importante salientar que a compreensão da criança, como sujeito social, inserida em dada cultura e capaz de reproduzi-la, de transformá-la (CORSARO, 2011), se atualiza nas práticas de avaliação de contexto, voltadas a repensar as experiências educativas a ela ofertadas.

Nessa perspectiva, se reconhece o modelo de “avaliação compartilhada”, específico para os contextos educativos praticado em diversas realidades na Itália. Para o qual, critérios e instrumentos de avaliação devem ser consensualmente escolhidos e validados (Bondioli, 2010). Considerando-se o processo que se instala quando se decide avaliar, auto-avaliar determinado contexto educativo, os diferentes autores entendem ser fundamental que: - se convide todos os interessados e que se tenha um número significativo de adesões (a fim de se obter o envolvimento ativo de uma pluralidade de sujeitos, professores, famílias, crianças e, em um âmbito mais amplo, a comunidade); - cada participante possa individualmente expressar sua apreciação, seu ponto de vista pessoal; haja previsão de encontros colegiados para debate sobre as avaliações individuais e possíveis leituras interpretativas; como finalidade, se perspective delinear uma identidade de caráter educativo explícita e o máximo possível compartilhada (Becchi, 2004; Bondioli e Ghedini, 2004; Bondioli e Ferrari, 2004 e

2008; Bondioli, 2004, 2010 e 2010a; Savio, 2011).

Uma mudança na cultura do avaliar é também necessária e tem sido experienciada em algumas realidades, como se pode perceber na observação de D’Alfonso e Rilei (2010, p.161-162) ao acentuarem que:

Geralmente quando nos propomos a avaliar uma instituição, fazemo-lo para identificar eventuais pontos fracos em relação aos quais intervir rapidamente para melhorar a qualidade. Mas em muitos lugares ganha consistência a ideia de que a avaliação é algo mais do que a procura de lacunas a serem preenchidas, e que pode, ao contrário, ser uma prática através da qual uma instituição reflete sobre si mesma à procura da própria identidade, para verificar e consolidar o consenso em torno do próprio projeto.<sup>17</sup>

Considerando o cenário brasileiro, a fim de retomar a discussão sobre o tema no âmbito da educação, o Ministério da Educação instituiu, em dezembro de 2011, pela Portaria nº 1.747, um Grupo de Trabalho para produzir subsídios que contribuam para a definição da política de avaliação da educação infantil no Brasil.

Em 2012 aconteceram várias reuniões deste grupo de trabalho, contíguas ou independentes de diversas outras ações<sup>18</sup> promovidas no intuito de ampliar o debate sobre avaliação em educação infantil, com convidados europeus, latino-americanos e norte-americanos. O grupo finalizou os trabalhos no mesmo ano, tendo produzido algumas indicações que visem a implantação de uma sistemática de avaliação na e da educação infantil nacional.

O entendimento é que se produziu um percurso acadêmico e político interessante, intenso e fértil no Brasil no tocante aos debates e impasses acerca da relação entre avaliação - educação infantil - qualidade - direito à educação para as crianças pequenas.

Construímos boas e extensas referências legislativas e documentos orientadores que articulam tais dimensões; todavia vivenciamos “ameaças” de grande força política nacional, figurada a título de exemplo pelas proposições da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República que compreendem e utilizam-se da avaliação em uma perspectiva restritiva, retrógrada, criticável nas suas finalidades e usos. A contradição está no âmbito do próprio governo federal, pois o Ministério da Educação e, em especial, a coordenação nacional de educação infantil, se opõe a tais propostas e tenta, em parceria com os pesquisadores e militantes da área de educação infantil reverter ou mesmo minimizar seus efeitos.

Argumenta-se, a favor da adoção de instrumentos avaliativos que tenham como foco a experiência educativa proporcionada às crianças e não o desempenho da criança ou do professor destituído do e de contexto. E também a favor de encaminhamentos que legitimem o processo avaliativo por dentro, ou seja, conjugando a auto-avaliação, a reflexão constante sobre o trabalho e consequentemente a formação dos envolvidos – gestores, professores, familiares e crianças.

O debate continuado de pesquisadores, profissionais e militantes em relação à educação infantil brasileira, o intercâmbio com pesquisadores internacionais, fortalece acadêmica e politicamente os envolvidos no desafio de seguir construindo, de modo cada vez mais competente e propositivo, ações a favor das crianças, das instituições de educação infantil, dos gestores municipais e dos profissionais que dela fazem parte.

## Referências

- BARRETTO, Elba Siqueira de Sá (2012). Políticas de currículo e avaliação e políticas docentes. *Cadernos de Pesquisa* [online], n.147, p. 738-753.
- BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; PINTO, Regina Pahim; MARTINS, Angela Maria; DURAN, Marília Claret Geraes (2001). Avaliação na educação básica nos 90 segundo os periódicos acadêmicos. *Cadernos de Pesquisa* [online], n. 114, p. 49-88.
- BECCHI, Egle (2004). A qualidade das redes educativas e suas derivações: projeto, sistema, verificação. In BONDIOLI, Anna; GHEDINI, Patrizia. (Orgs.). *O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada*. Campinas, São Paulo: Autores Associados (Coleção Educação Contemporânea), p. 59-64.
- BONDIOLI, Anna; GHEDINI, Patrizia (orgs.) (2004). *O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada*. Campinas, São Paulo: Autores Associados. (Coleção Educação Contemporânea).
- BONDIOLI, Anna. *Valutare*. In BONDIOLI, Anna; FERRARI, Monica. (Orgs.) (2004). *Verso un modello di valutazione formativa*. Azzano S. Paolo (BG): Edizioni Junior, p. 11-58.
- BONDIOLI, Anna; SAVIO, Donatella (2010). Introduzione. In: BONDIOLI, Anna; SAVIO, Donatella (Orgs.). *Partecipazione e qualità: percorsi di condivisione riflessiva nei servizi per l'infanzia di Modena*. Parma (PA): Edizioni Junior, p. 9-13.
- BONDIOLI, Anna. (2010a). Valutare per riflettere: un approccio partecipativo. In *Infanzia*, 5, p. 329-332.
- BONDIOLI, Anna, FERRARI, Monica. (Orgs.) (2008). *AVSI, AutoValutazione della Scuola dell'Infanzia. Uno strumento di formazione e il suo collaudo*. Azzano S. Paolo (BG): Edizioni Junior.
- BONDIOLI, Anna; FERRARI, Monica. (Orgs.) (2004). *Verso un modello di valutazione formativa*. Azzano S. Paolo (BG): Edizioni Junior.
- BROOKE, Nigel; CUNHA, Maria Amália A. (2011) Avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados. *Estudos e*

- Pesquisas Educacionais*, São Paulo, n. 2, p. 17-79
- BRASIL (1995). *Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças*. Brasília. Ministério da Educação/ SEF/ COEDI.
- BRASIL (1996). *Lei nº. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.
- BRASIL (2009). *Resolução CEB nº. 05, de 17 de dezembro de 2009*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF.
- BRASIL (2009). Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*. Brasília: MEC, SEB.
- CORRÊA, Bianca; ANDRADE Érika (2011). Infância e vivências na educação infantil: qual o sentido das avaliações padronizadas nessa etapa educacional? *Retratos da Escola*. Brasília, v.5, n.9, pp. 275-289.
- CORSARO, Willian (2011). *A Sociologia da infância*. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- D'ALFONSO, Francesca; RILEI, Patrizia (2010). La partecipazione delle famiglie: riflessione, scelte e progetti. In: BONDIOLI, Anna; SAVIO, Donatella (Orgs.). *Partecipazione e qualità: percorsi di condivisione riflessiva nei servizi per l'infanzia di Modena*. Parma (PA): Edizioni Junior, p. 138-202.
- FREITAS, Luiz Carlos de e FERNANDES Cláudia de Oliveira (2007). *Indagações sobre currículo: currículo e avaliação*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica.
- HOUSE, E. R.; HOWE, K. R. *Valutazione e democrazia deliberativa*. Trad. it. in STAME, N. (Org.). *Classici della valutazione*. Milano: Franco Angeli, 2007, p. 417-428.
- JOBIM e SOUZA, Solange (1996). Re-significando a psicologia do desenvolvimento: uma contribuição à pesquisa da infância. In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel (Orgs.). *Infância: fios e desafios da pesquisa*. Campinas: Papirus, p. 39-55.
- NEVES, Vanessa Ferraz Almeida; MORO, Catarina. *Avaliação na Educação Infantil: um debate necessário*. 2013. NO PRELO
- SAVIO, Donatella. (2011). *Il gioco e l'identità educativa del nido d'infanzia: un percorso partecipato dei nidi di Modena*. Azzano S. Paolo (BG): Edizioni Junior.
- SOUZA, Sandra Maria Zakia Lian; OLIVEIRA, Romualdo Portela de (2003). Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. *Educação e Sociedade*, v. 24, n. 84, p. 873-895.
- SOUZA, Sandra Maria Zakia Lian (1995). Avaliação da Aprendizagem: ênfases presentes na pesquisa no Brasil de 1930 a 1980. *Cadernos de Pesquisa*, v. 94, p. 43-49.

---

<sup>1</sup> SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica, criado em 1990, pelo Ministério da Educação, para aferir o rendimento dos alunos do ensino fundamental e médio por meio de uma matriz de referência curricular formulada com base no ensino por competência, a qual passa a ser referenciada mais tarde nos parâmetros curriculares nacionais.

<sup>2</sup> Prova Brasil - avaliação censitária instituída pelo MEC, em 2005, para a qual as redes estaduais e municipais aderem voluntariamente. Verifica o desempenho de crianças e jovens no último ano das séries iniciais e no último ano das séries finais do Ensino Fundamental. Possibilita situar os resultados da escola em relação à sua rede e a média nacional.

<sup>3</sup> Provinha Brasil - avaliação instituída pelo MEC em 2007, de adesão também voluntária pelas redes de ensino municipal e estadual, para verificar o desempenho de crianças egressas do 1º ano do Ensino Fundamental, em dois momentos ao longo do 2º ano.

<sup>4</sup> IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007 pelo governo federal. Combina dados de rendimento dos alunos com a capacidade demonstrada pela escola de manter o conjunto de seus alunos estudando e com bom aproveitamento.

<sup>5</sup> O Ministério da Educação brasileiro mantém uma página na internet por intermédio da qual se pode acessar esses e outros documentos na íntegra, o link publicações pode ser acessado por [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12814&Itemid=872](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12814&Itemid=872).

<sup>6</sup> PROEI – visa a formação continuada para professores e educadores das redes públicas municipais de educação infantil. Tem como curso principal atualmente a *Especialização Docência na Educação Infantil*: criado em 2010, em cooperação com a Undime, e as universidades que dispõem de núcleos de pesquisas em Educação Infantil. Na Universidade Federal do Paraná a primeira oferta do curso de especialização em parceria com o MEC iniciou em 2011. Atualmente, são mais de 20 universidades federais envolvidas 18 estados.

<sup>7</sup> PROINFÂNCIA – programa que destina recursos à construção e à aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas.

<sup>8</sup> No Brasil os cursos de pós-graduação *strito sensu* (mestrado e doutorado), de todas as áreas, ofertados pelas universidades, estão vinculados a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), uma agência federal de fomento, que além de subsidiar o financiamento das pesquisas, coordena e avalia os cursos (com representantes das próprias universidades), induz e fomenta a formação continuada, promove a cooperação científica internacional e organiza e dá o acesso à produção científica nacional por intermédio de um banco de teses e dissertações *on line*.

<sup>9</sup> Endereço eletrônico: <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>

<sup>10</sup> Os periódicos brasileiros são avaliados, trienalmente, por comissão de especialistas de universidades vinculadas a CAPES. Um dos quesitos de distinção de boa avaliação é a disponibilidade do periódico em plataforma de circulação nacional/internacional, como a Scielo entre outras).

<sup>11</sup> Endereço eletrônico: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_home&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_home&lng=pt&nrm=iso)

<sup>12</sup> Para o presente texto elegeu-se utilizar apenas os artigos de periódicos constantes da Plataforma Scielo Brasil (biblioteca eletrônica que abrange uma extensa coleção de periódicos selecionados brasileiros), contudo na pesquisa maior tem-se o levantamento em outras bases, entre elas o Portal de periódicos da CAPES, o Portal Educ@.

<sup>13</sup> O **Ages and Stages Questionnaire ASQ-3** é um instrumento de triagem acerca de problemas ou distúrbios no desenvolvimento de crianças pequenas, na faixa etária de 1 a 66 meses de idade, com vistas ao encaminhamento, se necessário, a um profissional especializado. Investiga cinco dimensões do desenvolvimento infantil: comunicação, motora ampla, motora fina, solução de problemas, pessoal/social e emocional, informando em qual daquelas dimensões a criança está menos desenvolvida. São 21 escalas, sendo que cada uma contém 30 perguntas; como existem repetições, o total de itens não repetidos é 275. O ASQ-3 classifica as crianças em três categorias: (a) necessita uma avaliação em profundidade, (b) monitoramento e estímulos adicionais são recomendados e (c) está se desenvolvendo conforme esperado.

<sup>14</sup> Tal projeto de monitoramento resultou em duas outras publicações, que vieram a público em 2013 - **Monitoramento do Uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil - Relatório e Resumo Executivo**.

<sup>15</sup> No Portal da SAE na internet encontrou-se a seguinte notícia: “74% das 46 mil crianças avaliadas alcançaram o nível de desenvolvimento desejável para a idade delas. [...] Segundo Paes de Barros, o levantamento demonstra que dos três aos cinco anos de idade, as crianças avaliadas apresentaram um nível de desenvolvimento muito semelhante à média verificada nos Estados Unidos, enquanto que entre as crianças com idade inferior os brasileiros ficaram em desvantagem. Em um ano letivo estima-se um aumento de 7 pontos percentuais na quantidade de crianças com desenvolvimento dentro do esperado. (Portal SAE – 16/08/11. Acesso em 27/11/11).

<sup>16</sup> Tradução livre da autora.

<sup>17</sup> Tradução livre da autora.

<sup>18</sup> Reunião Técnica na sede da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), em abril, em Brasília, com as presenças de Anna Bondioli; Donatella Savio; Ana Perez; Rosa Blanco. Seminário Internacional: Educação e Avaliação em Contextos da Educação Infantil, promovido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil (NEPIE), em setembro, em Curitiba, com a participação de Gabriela Portugal e Maria Lúcia Santos. Seminário Internacional Avaliação da Educação Infantil: Tendências e Perspectivas, promovido pela Fundação Carlos Chagas com a presença de Thelma Harms; Richard Clifford e Edward Melhuish, em novembro. Todos ao longo do ano de 2012.

Artigo concluído em 25 de maio 2013

**Moro, C. (2013):** Produção Brasileira sobre Avaliação em Educação Infantil: tendências. RELAdEI (Revista Latinoamericana de Educación Infantil), Vol. 2(2), pp. 53-68. Publicado em <http://www.reladei.net>



## Acerca da autora



### **Catarina Moro**

**Departamento de Teoria e Prática de Ensino**

**Universidade Federal do Paraná - Curitiba - Brasil**

**Mail:** [moro.catarina@gmail.com](mailto:moro.catarina@gmail.com); [catarina.moro@ufpr.br](mailto:catarina.moro@ufpr.br)

Doutora em Educação, Professora Adjunta do Departamento de Teoria e Prática de Ensino, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, no Paraná, Brasil. Orienta o Estágio em Docência na Educação Infantil e ministra varias disciplinas para a formação em Educação Infantil. Desenvolve pesquisa sobre práticas educativas para/com a pequena infância, avaliação de contexto e políticas públicas em educação infantil, junto ao NEPIE/UFPR - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Infância e Educação Infantil.